RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber. ISSN: 2675-9128. São Paulo-SP.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

# Medicalização e diagnóstico precoce: um olhar fenomenológico sobre o desenvolvimento da criança

*Medicalization and early diagnosis: a phenomenological perspective on child development*
*Medicalización y diagnóstico temprano: una mirada fenomenológica sobre el desarrollo infantil*

Kamilly Vitória de Souza Ferreira – Afya Centro Universitário de Itaperuna, RJ, kv.kamillyvitoria@gmail.com – Acadêmica do curso de Psicologia.
Matheus Garcia Coelho – Afya Centro Universitário de Itaperuna, RJ, matheus.coelho@afya.com.br – Professor mestre, docente do curso de Psicologia.
Renato Marcelo Resgala Júnior – Afya Centro Universitário de Itaperuna, RJ, renato.resgala@afya.com.br – Professor doutor, docente do curso de Psicologia.

**Resumo:**
A medicalização da infância tem se constituído como um tema relevante nas discussões contemporâneas acerca do desenvolvimento infantil, especialmente diante do aumento de diagnósticos e da ampliação do uso de intervenções medicamentosas em crianças. Nesse contexto, comportamentos, emoções e formas de expressão próprias da infância têm sido, em diversos casos, interpretados a partir de categorias diagnósticas, favorecendo processos de patologização de experiências que podem estar relacionadas às condições sociais, educacionais, familiares e existenciais da criança. Diante dessa problemática, o presente estudo teve como objetivo discutir, por meio de uma revisão bibliográfica, de que maneira a abordagem fenomenológico-existencial contribui para a compreensão crítica da medicalização e do diagnóstico precoce na infância. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida a partir do levantamento e análise de produções científicas relacionadas à fenomenologia, à infância, à medicalização e ao diagnóstico precoce. O estudo fundamenta-se principalmente nas contribuições de Edmund Husserl, Martin Heidegger, Ludwig Binswanger e Maurice Merleau-Ponty, articuladas com autores que discutem criticamente os processos de medicalização. Os resultados evidenciam que a perspectiva fenomenológico-existencial possibilita compreender a criança como um sujeito singular, constituído em suas relações com o mundo, cuja experiência não pode ser reduzida exclusivamente a sintomas ou classificações diagnósticas.

**Palavras-chave:**
Medicalização da infância. Diagnóstico precoce. Fenomenologia. Desenvolvimento infantil.

**Abstract:**
The medicalization of childhood has emerged as a significant topic in contemporary discussions regarding child development, particularly in light of the rising number of diagnoses and the expanded use of pharmacological interventions in children. In this context, behaviors, emotions, and modes of expression inherent to childhood are frequently interpreted through diagnostic categories, fostering the pathologization of experiences that may, in fact, be linked to a child's social, educational, familial, or existential circumstances. Given this issue, the present study aimed to explore—via a literature review—how a phenomenological-existential approach contributes to a critical understanding of medicalization and early diagnosis in childhood. This qualitative research involved the survey and analysis of scientific literature concerning phenomenology, childhood, medicalization, and early diagnosis. The study draws primarily upon the contributions of Edmund Husserl, Martin Heidegger, Ludwig Binswanger, and Maurice Merleau-Ponty, integrated with the work of authors who offer a critical perspective on the processes of medicalization. The findings indicate that the phenomenological-existential perspective allows for an understanding of the child as a unique subject, shaped by their

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

relationships with the world—an experience that cannot be reduced solely to symptoms or diagnostic classifications.

**Keywords:**
Medicalization of childhood. Early diagnosis. Phenomenology. Child development.

**Resumen:**
La medicalización de la infancia se ha convertido en un tema relevante en los debates contemporáneos sobre el desarrollo infantil, especialmente ante el aumento de los diagnósticos y el uso más extendido de intervenciones farmacológicas en niños. En este contexto, comportamientos, emociones y formas de expresión propios de la infancia se interpretan en diversos casos mediante categorías diagnósticas, lo que favorece la patologización de experiencias que pueden estar relacionadas con las condiciones sociales, educativas, familiares y existenciales del niño. Ante este problema, el estudio se propuso examinar, mediante una revisión bibliográfica, cómo contribuye el enfoque fenomenológico-existencial a una comprensión crítica de la medicalización y del diagnóstico temprano en la infancia. Se trata de una investigación cualitativa basada en la búsqueda y el análisis de publicaciones científicas sobre fenomenología, infancia, medicalización y diagnóstico temprano. El estudio se fundamenta principalmente en las aportaciones de Edmund Husserl, Martin Heidegger, Ludwig Binswanger y Maurice Merleau-Ponty, articuladas con las de autores que analizan críticamente los procesos de medicalización. Los resultados muestran que la perspectiva fenomenológico-existencial permite comprender al niño como un sujeto singular, constituido en sus relaciones con el mundo, cuya experiencia no puede reducirse exclusivamente a síntomas o clasificaciones diagnósticas.

**Palabras clave:**
Medicalización de la infancia. Diagnóstico temprano. Fenomenología. Desarrollo infantil.

## 1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir a medicalização na infância, considerando os impactos que esse processo pode produzir na forma como comportamentos e experiências infantis são compreendidos. Ao longo do texto, será abordado como manifestações próprias do desenvolvimento infantil, como diferentes formas de brincar, comunicar-se, expressar sentimentos, estabelecer vínculos e responder às situações vivenciadas, podem ser interpretadas como sinais de transtornos ou alterações individuais quando analisadas de maneira descontextualizada.

Para isso, o texto apresenta, inicialmente, as contribuições da abordagem fenomenológico-existencial para a compreensão da infância; em seguida, discute o diagnóstico precoce e a medicalização, considerando tanto a importância de identificar necessidades específicas quanto os riscos de reduzir a criança a categorias médicas; e, por fim, analisa criticamente os estudos selecionados à luz do referencial adotado, em uma perspectiva que

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

valoriza a escuta, a singularidade e a compreensão da criança para além da classificação diagnóstica.

A partir dessa finalidade, estabelece-se a seguinte questão: Como a abordagem fenomenológico-existencial contribui para compreender criticamente a medicalização e o diagnóstico precoce na infância, considerando tanto a singularidade da criança e seu contexto existencial quanto a importância das avaliações e intervenções necessárias ao seu desenvolvimento?

A realização desta pesquisa justifica-se pela relevância social e científica do tema. No plano social, dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2012) indicam aumento expressivo do consumo de metilfenidato, medicamento prescrito principalmente para o tratamento do Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), entre crianças brasileiras de seis a dezesseis anos no período de 2009 a 2011, o que levou a própria agência a alertar para a necessidade de monitoramento do seu uso. No campo da educação e da saúde mental, pesquisas como as de Moysés (2001) e de Sanches e Amarante (2014) mostram que dificuldades de aprendizagem e comportamentos considerados inadequados têm sido encaminhados a serviços de saúde e interpretados como transtornos individuais, o que deixa em segundo plano as condições sociais e escolares em que a criança vive.

Embora o diagnóstico precoce possa favorecer o cuidado em determinados casos, esta pesquisa busca investigar em que medida seu uso pode levar à redução da criança ao diagnóstico, à produção de estigmas e à desconsideração de sua singularidade. No plano científico, a abordagem fenomenológico-existencial oferece recursos conceituais para questionar a objetivação da experiência infantil (Santos; Silva Júnior; Fontenelle, 2018), o que justifica sistematizar suas contribuições para o debate sobre medicalização.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo geral discutir, por meio de uma revisão bibliográfica, como a abordagem fenomenológico-existencial contribui para a compreensão da medicalização e do diagnóstico precoce no desenvolvimento infantil. Por diagnóstico precoce, compreende-se a identificação e a nomeação após investigação adequada. Os objetivos específicos são: compreender a infância a partir da perspectiva fenomenológico-existencial; relacionar o processo de medicalização da infância com a patologização de comportamentos; e discutir os possíveis impactos do diagnóstico precoce na compreensão do desenvolvimento infantil, considerando os riscos de redução da criança à categoria diagnóstica.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

Busca-se discutir os possíveis efeitos da redução da criança ao diagnóstico, bem como refletir sobre formas de cuidado que valorizem sua singularidade, sua experiência vivida e suas relações com o mundo.

## 2. Metodologia

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica. A pesquisa qualitativa busca compreender fenômenos humanos a partir de seus significados, experiências e contextos, sendo adequada para a análise das discussões relacionadas à medicalização e ao diagnóstico precoce na infância sob a perspectiva fenomenológico-existencial.

A revisão bibliográfica foi escolhida por possibilitar o levantamento, a análise e a reflexão crítica acerca das contribuições teóricas já produzidas sobre o tema. Esse tipo de pesquisa é elaborado a partir de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos acadêmicos, permitindo ampliar a compreensão sobre determinado fenômeno.

O levantamento foi realizado entre julho e novembro de 2026 nas bases SciELO e Google Acadêmico. Foram utilizados, de forma isolada e combinada, os descritores “Fenomenologia”, “Infância sob um olhar fenomenológico”, “Medicalização”, “Medicalização da existência”, “Infância”, “Medicalização na infância”, “Diagnóstico precoce”.

A busca identificou 24 materiais. Após a leitura de títulos e resumos, 3 foram excluídos por não agregarem à discussão proposta ou por apresentarem relevância insuficiente para o tema, e 21 compuseram o corpus de análise, entre artigos científicos, livros e materiais técnicos e de divulgação disponíveis online. Foram estabelecidos como critérios de inclusão artigos, livros e materiais técnicos ou de divulgação em língua portuguesa que apresentassem relação com o objetivo desta pesquisa. Para os estudos sobre medicalização e diagnóstico na infância, adotou-se o recorte temporal de 2007 a 2025, em razão da atualidade do debate, marcado pelo aumento de diagnósticos e pela facilidade de acesso à medicalização. Para as obras de fundamentação fenomenológica e do desenvolvimento humano, não se aplicou recorte temporal, por tratar-se de referenciais teóricos clássicos. Foram considerados os estudos que abordassem a medicalização na infância, o diagnóstico precoce no desenvolvimento infantil e a abordagem fenomenológico-existencial como perspectiva para a compreensão da infância, desde que contribuíssem para a discussão proposta. Como critérios de exclusão, foram

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

considerados os trabalhos que não apresentassem relação temática com o objetivo da pesquisa, publicações que não contribuíssem para a compreensão do fenômeno investigado. Também foram excluídos os materiais em idiomas diferentes do português e os tipos de publicação que não correspondem aos critérios de inclusão estabelecidos.

Considerando a natureza narrativa desta revisão, os resultados apresentados devem ser interpretados a partir de uma perspectiva de discussão teórica, construída com base no material selecionado. Não foram realizadas entrevistas, observações, estudos de caso ou intervenções clínicas.

Os conteúdos foram organizados em categorias temáticas, contemplando: a compreensão fenomenológica da infância, os processos de medicalização e patologização da vida infantil, o diagnóstico precoce e seus impactos no desenvolvimento da criança, e as contribuições da abordagem fenomenológico-existencial para uma compreensão ampliada da infância.

Por fim, a pesquisa buscou realizar uma articulação crítica entre os referenciais teóricos estudados, visando compreender de que maneira a medicalização e o diagnóstico precoce podem influenciar a compreensão do desenvolvimento infantil e como a perspectiva fenomenológico-existencial contribui para o reconhecimento da singularidade da criança, considerando sua experiência vivida, suas relações e seu contexto existencial.

## 3. Fenomenologia

A fenomenologia e a perspectiva fenomenológico-existencial oferecem contribuições para a compreensão da experiência humana a partir de sua singularidade, de suas relações e dos sentidos atribuídos às situações vivenciadas. No contexto da infância, essa perspectiva permite refletir sobre como as dificuldades de aprendizagem, as manifestações comportamentais e as situações de sofrimento são compreendidas, considerando não apenas os sintomas apresentados, mas também as experiências e as condições em que a criança vive. Nesse sentido, as contribuições de Edmund Husserl, Martin Heidegger, Ludwig Binswanger e Maurice Merleau-Ponty possibilitam fundamentar uma reflexão crítica sobre a medicalização e o diagnóstico precoce.

Para Husserl (2008, p. 25), a intencionalidade da consciência expressa a relação entre a consciência e aquilo a que ela se dirige. Sua proposta de redução fenomenológica (epoché) consiste na suspensão de pressupostos e juízos previamente estabelecidos, buscando

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

compreender como os fenômenos se apresentam à experiência. No contexto da infância, essa perspectiva pode contribuir para que as manifestações infantis sejam investigadas sem que uma interpretação inicial determine antecipadamente sua compreensão. Diante de uma criança encaminhada para avaliação psicológica por apresentar dificuldades de atenção, por exemplo, torna-se relevante investigar como ela vivencia as atividades escolares, quais situações despertam seu interesse, como percebe as exigências do ambiente e quais dificuldades relata ou manifesta em suas experiências cotidianas.

Dessa maneira, a investigação não se limita à identificação de sintomas, mas busca compreender a experiência da criança em sua particularidade. Essa postura não elimina a necessidade de avaliação diagnóstica, mas contribui para que ela não seja conduzida exclusivamente por expectativas prévias ou interpretações generalizantes.

Heidegger (2006), em Ser e Tempo, desenvolve a compreensão do ser humano como Dasein, caracterizado por sua condição de ser-no-mundo. Este conceito indica que o indivíduo não existe de forma isolada, mas em constante relação com os sentidos, possibilidades e circunstâncias que constituem sua existência. Nessa perspectiva, a compreensão do comportamento humano exige considerar o contexto existencial em que ele emerge, evitando reduzi-lo a características internas ou a explicações exclusivamente biológicas. Aplicada à infância, essa concepção contribui para questionar abordagens medicalizantes que interpretam comportamentos infantis apenas como sinais de transtornos individuais. Uma criança que manifesta inquietação, dificuldades de adaptação ou resistência às demandas escolares não pode ser compreendida apenas a partir daquilo que apresenta como sintoma, mas também a partir das relações que estabelece com seu mundo vivido. A contribuição heideggeriana para o debate sobre a medicalização consiste precisamente em problematizar explicações descontextualizadas do comportamento, mostrando que os modos de ser da criança adquirem significado nas relações que ela estabelece com familiares, educadores, colegas e instituições.

Assim, essa perspectiva contribui para questionar explicações que reduzam a criança a uma característica isolada, reconhecendo-a como um sujeito cuja existência envolve diferentes possibilidades e formas de se relacionar com o mundo.

Segundo Freire (2008), as contribuições de Ludwig Binswanger, fundador da análise existencial (Daseinsanalyse), acrescentam a essa discussão que o sofrimento psíquico deixa de ser tratado como um conjunto de sintomas a serem identificados e passa a ser compreendido como expressão de um modo de ser-no-mundo. O autor critica a psiquiatria de orientação naturalista, que explica o adoecimento por relações de causa e efeito, e propõe, em seu lugar,

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

compreender o mundo vivido pela pessoa, isto é, a maneira como espaço, tempo, corpo e relações se organizam para ela. Nessa perspectiva, o que se manifesta como sintoma não é um dado isolado, mas aponta para a estrutura da própria existência, e por isso a tarefa clínica consiste em apreender o sentido dessa estrutura, e não em apenas classificá-la.

A compreensão do sofrimento psíquico não deve se restringir somente à identificação de sintomas ou à descrição de aspectos biológicos, mas considerar a trajetória da pessoa e os significados de suas experiências. Nesse sentido, quando uma criança recebe um diagnóstico, a análise existencial convida a perguntar de que modo essa classificação passa a integrar o mundo em que ela vive, como se estabelecem suas relações e de que maneira o diagnóstico passa a fazer parte de sua história.

Essa reflexão não pressupõe que o diagnóstico produza necessariamente estigmatização, mas permite investigar em quais circunstâncias ele favorece o acesso ao cuidado e em quais situações pode contribuir para restringir a compreensão da criança às características associadas à classificação recebida.

Merleau-Ponty (2001/2006), por sua vez, destaca a relação entre corpo, percepção e mundo vivido, compreendendo o corpo não apenas como organismo biológico, mas como dimensão fundamental da experiência humana. Essa concepção contribui para compreender as manifestações infantis considerando a maneira como a criança percebe, sente e se relaciona com o ambiente. Diante de uma criança que apresenta agitação, retraimento ou dificuldades de aprendizagem, por exemplo, torna-se importante investigar como essas manifestações aparecem em diferentes situações e como se relacionam com suas experiências corporais, afetivas e sociais.

Uma dificuldade observada no contexto escolar não deve ser automaticamente interpretada como expressão de um transtorno, assim como não deve ser descartada a possibilidade de uma condição que necessite de avaliação especializada. A contribuição dessa perspectiva consiste em ampliar a compreensão do fenômeno, considerando a experiência da criança e as circunstâncias em que a dificuldade se manifesta, sem estabelecer previamente uma explicação única para seu comportamento.

Nesse contexto, a abordagem fenomenológico-existencial oferece fundamentos para investigar como a criança é compreendida nos processos de avaliação e diagnóstico. A partir de Husserl, destaca-se a importância de suspender interpretações prévias; com Heidegger, considera-se a existência da criança em suas relações com o mundo; em Binswanger, enfatiza-

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

se sua história e a singularidade de suas experiências; e, em Merleau-Ponty, reconhece-se a dimensão corporal e perceptiva da experiência vivida.

Embora esses autores apresentem diferenças teóricas, suas contribuições permitem problematizar interpretações que desconsiderem a complexidade da existência infantil. Essa articulação não substitui os procedimentos de avaliação psicológica ou médica, mas oferece elementos para refletir sobre seus limites e sobre a importância de compreender a criança para além de sintomas e classificações.

## 4. Infância

O desenvolvimento infantil constitui um processo fundamental para a formação das capacidades cognitivas, emocionais e sociais do indivíduo, sendo influenciado pelas experiências vivenciadas ao longo da infância. Nesse contexto, Michel Desmurget, em sua obra A fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossas crianças (2021), ressalta a importância das experiências concretas, das interações sociais e dos estímulos ambientais para o desenvolvimento infantil. O autor chama a atenção para a necessidade de preservar experiências essenciais à infância, como as brincadeiras, a leitura, a convivência familiar e as relações interpessoais, que contribuem para a aprendizagem e para a construção de habilidades fundamentais ao desenvolvimento.

Dessa forma, compreender a infância exige considerar a importância dos ambientes e das relações que participam da formação da criança, reconhecendo que as experiências vivenciadas nessa etapa podem influenciar seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social. Embora o autor discuta os efeitos do uso excessivo de telas, sua obra também possibilita uma reflexão mais ampla sobre a importância de garantir às crianças condições adequadas para seu desenvolvimento integral. Nesse cenário, as transformações contemporâneas da infância, marcadas pela intensificação do uso de tecnologias digitais, pela redução das experiências de socialização presencial e pelo aumento das exigências escolares e comportamentais, podem contribuir para a busca por explicações médicas para dificuldades que integram o desenvolvimento infantil.

Associado a isso, observa-se um processo de medicalização da infância, no qual comportamentos e características individuais passam a ser interpretados como sintomas de transtornos, favorecendo a ampliação dos diagnósticos precoces (Moysés; Collares, 2013). Essa realidade reforça a necessidade de analisar criticamente os fatores sociais, culturais e

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

educacionais que influenciam o desenvolvimento infantil, evitando a patologização de experiências que podem estar relacionadas às condições contemporâneas de vida das crianças. Ler essas manifestações apenas como sintomas, sem considerar o contexto de vida da criança, pode ser considerada uma das maneiras pelas quais o diagnóstico precoce pode alimentar o processo de medicalização.

Na perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty (2001/2006), o desenvolvimento infantil ocorre por meio da relação entre a criança e o mundo, especialmente nas interações com outras pessoas. A imitação não consiste na reprodução exata das ações dos adultos, mas na capacidade de alcançar resultados semelhantes a partir das possibilidades próprias da criança. Nesse processo, a aquisição da linguagem e das formas de expressão é constituída na interação com o meio sociocultural, que oferece referências e padrões expressivos, sem eliminar a singularidade da experiência infantil.

Assim, embora a criança seja influenciada pelas formas de comunicação e pelos comportamentos presentes em seu contexto, ela os vivencia e os manifesta de maneira própria. Essa compreensão contrapõe-se às concepções que tratam o desenvolvimento como mera assimilação de modelos previamente estabelecidos, ressaltando que a criança é um sujeito ativo, cuja experiência se constitui na relação com o mundo e não pode ser reduzida a padrões universais ou a explicações descontextualizadas (Merleau-Ponty, 2001/2006; 1961/2004).

A relação entre a criança, a cultura e a liberdade constituem um processo contínuo de construção da experiência. A imitação representa uma forma de inserção no contexto sociocultural, por meio da qual a criança se apropria de comportamentos e significações presentes em seu meio, atribuindo-lhes sentidos a partir de suas próprias possibilidades de compreensão e expressão. A cultura, nesse sentido, exerce influência desde os primeiros momentos da vida, participando do desenvolvimento da linguagem, da constituição da identidade e do reconhecimento de si e do outro.

Entretanto, essa influência não determina integralmente a experiência infantil, uma vez que a criança participa ativamente de suas relações e vivencia os elementos culturais de maneira singular. Assim, a cultura pode ser compreendida como uma mediação entre a experiência individual e a vida coletiva, sendo apropriada progressivamente pela criança desde a primeira infância (Moreira; Telles. 2012/2014; Merleau-Ponty, 2001/2006).

A criança relaciona-se com a cultura do modo como lhe é possível, o que supera a compreensão de uma “natureza infantil”. Este entendimento é relevante na medida em que atenta para a necessidade de não enxergarmos a criança como alguém que compreende

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

plenamente as relações sociais e culturais da mesma forma que o adulto, nem como alguém que teria uma forma totalmente distinta de funcionamento do que os adultos. E ainda, as crianças, simplesmente por serem crianças, não terão as mesmas visões de mundo entre si. (Telles, 2014, p. 9, 10).

Para Erik Erikson (1976), a infância constitui um período significativo para o desenvolvimento psicossocial, uma vez que as experiências vivenciadas pela criança e as relações estabelecidas com seus cuidadores e com o ambiente social influenciam a construção da personalidade. Segundo sua teoria, o desenvolvimento humano ocorre por meio de estágios sucessivos, nos quais o indivíduo enfrenta conflitos psicossociais que contribuem para a aquisição de habilidades emocionais e sociais. Durante a infância, destacam-se a construção da confiança, o desenvolvimento da autonomia, a capacidade de iniciativa e o sentimento de competência. Nesse sentido, as relações afetivas, o cuidado recebido e as experiências familiares e escolares desempenham um papel importante no desenvolvimento infantil, influenciando a maneira como a criança estabelece vínculos, percebe suas próprias capacidades e interage com o mundo ao seu redor.

A teoria do desenvolvimento psicossocial de Erik Erikson trata-se de uma das referências clássicas sobre o desenvolvimento infantil, e compreende a infância em quatro estágios, cada um marcado por um conflito central cuja resolução influencia a constituição da personalidade. O primeiro, confiança versus desconfiança (do nascimento a aproximadamente dois anos), depende da qualidade dos cuidados recebidos e da satisfação das necessidades básicas, que favorecem o sentimento de segurança em relação às pessoas e ao ambiente. O segundo, autonomia versus vergonha e dúvida (entre dois e três anos), caracteriza-se pela exploração do ambiente e pela aquisição de independência, sendo o incentivo dos cuidadores determinante para a confiança da criança em suas próprias capacidades. O terceiro, iniciativa versus culpa (entre quatro e cinco anos), é marcado pela curiosidade e pela proposição de atividades, de modo que as respostas dos adultos podem fortalecer a iniciativa ou, quando há repressão excessiva, gerar sentimentos de culpa. O quarto, diligência versus inferioridade (entre seis e onze anos), está associado à valorização da aprendizagem e do reconhecimento social, especialmente no contexto escolar, no qual o êxito favorece o sentimento de competência, ao passo que experiências recorrentes de fracasso ou desvalorização podem produzir sentimentos de inferioridade.

Dessa forma, os estágios psicossociais propostos por Erik Erikson permitem compreender a importância das experiências vivenciadas durante a infância para o

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

desenvolvimento emocional, social e psicológico. As relações estabelecidas com os cuidadores, as experiências no ambiente familiar e as interações no contexto escolar constituem aspectos relevantes para a construção da autonomia, da confiança e do sentimento de competência da criança.

## 5. Medicalização

Segundo Foucault (2001), o conceito de medicalização está relacionado a uma medicina que, respaldada pela autoridade de seu discurso científico, transforma a sociedade em objeto de controle e higienização. Dessa forma, atua na disciplina dos corpos e amplia sua intervenção para a regulação dos comportamentos e das formas de vida dos indivíduos, configurando o que o autor denomina biopoder, isto é, o exercício do poder sobre a vida das pessoas.

Para Illich (1975), uma das principais epidemias da atualidade está relacionada à iatrogenia médica, que ocorre quando a atuação da medicina passa dos limites e pode causar consequências negativas. O autor faz uma crítica à presença excessiva da medicina na sociedade, destacando que a medicalização pode fazer com que as pessoas deixem de ter autonomia para tomar decisões sobre sua própria saúde e vida. Dessa forma, o conhecimento técnico do médico passa a ocupar um espaço maior, enquanto a capacidade de escolha dos indivíduos pode ser reduzida, que passa a seguir as orientações de diferentes profissionais da saúde, e acabam influenciando suas escolhas e sua vida, diminuindo sua autonomia.

Conrad (1992) entende a medicalização como um processo complexo, que não acontece apenas pela influência dos médicos. Para o autor, esse processo envolve diferentes pessoas e fatores sociais, sendo que o próprio indivíduo também participa ativamente desse processo.

Atualmente, a indústria farmacêutica possui grande influência na produção do conhecimento médico, principalmente por financiar pesquisas científicas. Como essas empresas têm interesses comerciais, algumas pesquisas podem estar relacionadas aos seus próprios objetivos. Isso também pode influenciar a divulgação dos resultados, fazendo com que determinados estudos e informações sobre medicamentos tenham maior circulação no meio científico (Angell, 2008). Com o objetivo de ampliar o consumo de seus produtos, a indústria farmacêutica busca atingir também pessoas saudáveis, contribuindo para o aumento do uso de medicamentos pela população.

Na perspectiva da psicopatologia fenomenológica, o sintoma psicológico ou psicossomático pode ser compreendido como uma forma de expressão de experiências e

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

significações que, por vezes, não encontram outras possibilidades de manifestação na existência do sujeito. Nessa perspectiva, o sofrimento não se reduz a uma alteração orgânica ou a um conjunto de sinais passíveis de classificação, mas deve ser compreendido em sua relação com a experiência vivida. A crítica à medicalização, nesse contexto, dirige-se ao risco de que a redução do sofrimento a categorias exclusivamente objetivas obscureça os sentidos existenciais expressos pela corporeidade. Conforme discutem Santos, Silva Júnior e Fontenelle (2018, p. 241):

> A medicalização opera em um sentido contrário, seu propósito é impedir essa figuração. O princípio da medicalização é nunca permitir que as coisas saiam do anonimato no tocante ao corpo as emoções. Nesse caso, a existência precisaria permanecer totalmente anônima para si, inebriada. Mas o corpo enquanto sujeito de percepção e enquanto sujeito de expressão sempre dará um jeito de colocar em evidência as raízes de seu sofrimento. Quando retornamos à originalidade do corpo como expressão, encontramos nele a sua realidade fenomenal.

Essa compreensão encontra fundamento na fenomenologia de Merleau-Ponty, para quem o corpo não pode ser concebido exclusivamente como um objeto fisiológico, uma vez que constitui a condição fundamental da experiência e da relação do sujeito com o mundo. Conforme afirma o filósofo, “o corpo é nosso meio geral de ter um mundo” (Merleau-Ponty, 1999, p. 203). O corpo, portanto, não é apenas algo que o sujeito possui, mas a dimensão corporal por meio da qual percebe, sente, age e expressa sua existência. Nesse sentido, os fenômenos psicológicos e psicossomáticos podem ser investigados considerando-se a corporeidade como dimensão constitutiva da experiência subjetiva.

Sistema de potências motoras ou de potências perceptivas, nosso corpo não é objeto para um “eu penso”: ele é um conjunto de significações vividas que caminha para seu equilíbrio. (Merleau-Ponty, 1999, p. 212).

Isso não significa negar a dimensão orgânica do adoecimento, mas reconhecer que o corpo vivido também participa da constituição dos sentidos atribuídos ao sofrimento. Assim, a medicalização, quando restringe a experiência do adoecimento à identificação e ao controle de sintomas, pode deixar em segundo plano a dimensão existencial e subjetiva da experiência corporal.

A articulação dessas contribuições permite aprofundar a discussão sobre o significado do diagnóstico precoce na infância. Esse diagnóstico refere-se à identificação de uma condição em uma fase inicial de seu desenvolvimento ou de suas manifestações, após investigação adequada. É importante distingui-lo da simples observação de comportamentos diferentes do esperado para determinada faixa etária, uma vez que a presença de uma manifestação isolada

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

não é suficiente, por si só, para estabelecer um diagnóstico. A identificação precoce de determinadas condições pode ser necessária para favorecer o acesso oportuno a cuidados, acompanhamento especializado e intervenções adequadas às necessidades da criança. Entretanto, a importância dessa identificação não elimina a necessidade de avaliar cuidadosamente os sinais apresentados, considerando a história do desenvolvimento, a persistência das manifestações, os diferentes contextos em que ocorrem e os impactos sobre a vida infantil.

O diagnóstico precoce desempenha um papel importante na identificação de condições que podem demandar acompanhamento especializado durante a infância. Entretanto, quando associado ao processo de medicalização, torna-se necessário refletir criticamente sobre a maneira como os comportamentos infantis são interpretados e classificados. O artigo Diagnósticos precoces: saiba sua importância na saúde física e mental, publicado no portal Psitto, aborda a relevância da identificação antecipada de sinais e sintomas, destacando a possibilidade de intervenções oportunas e de acompanhamento adequado. No contexto do desenvolvimento infantil, essa discussão exige considerar que manifestações como agitação, dificuldades de atenção, alterações de humor e desafios na socialização não devem ser compreendidas isoladamente, mas analisadas a partir da história, das relações e do contexto de vida da criança.

## 6. A medicalização e sua repercussão na infância

No contexto da medicalização da infância, torna-se necessário questionar a tendência de interpretar os comportamentos infantis a partir de padrões generalizados de desenvolvimento e de expectativas estabelecidas pelos adultos. Sob a perspectiva fenomenológica de Merleau-Ponty (2001/2006), a criança vivencia e compreende o mundo de maneira singular, de acordo com suas possibilidades de experiência e com as relações que estabelece com o meio. Nesse sentido, quando os adultos antecipam respostas, exigem comportamentos ou atribuem significados às manifestações infantis sem considerar o contexto em que ocorrem, corre-se o risco de transformar diferenças individuais em problemas que demandam intervenção. Essa compreensão permite problematizar práticas de medicalização que classificam determinados comportamentos como inadequados ou patológicos sem considerar suficientemente a experiência subjetiva da criança. Isso não significa desconsiderar a importância da participação dos adultos ou negar a necessidade de intervenções quando pertinentes, mas reconhecer que o

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

cuidado deve levar em conta a singularidade do desenvolvimento infantil, evitando tanto a imposição de padrões rígidos quanto a ausência de mediação.

Compreende-se que o desenvolvimento infantil ocorre na relação com os outros e com o contexto sociocultural, sendo fundamental considerar o papel dos adultos sem desconsiderar a autonomia e as particularidades da criança. Essa compreensão permite refletir criticamente sobre a medicalização da infância, sobretudo quando as expectativas adultas e as normas sociais de comportamento passam a orientar a interpretação das experiências infantis de maneira rígida. Quando comportamentos que divergem do padrão esperado são tratados imediatamente como sinais de anormalidade, corre-se o risco de desconsiderar as condições em que se manifestam e os significados que assumem para a própria criança. Por outro lado, reconhecer a singularidade infantil não significa eliminar a orientação ou o acompanhamento dos adultos, mas construir relações que ofereçam suporte sem impor formas uniformes de ser e agir (Merleau-Ponty, 2001/2006).

A partir da lógica da medicalização, indivíduos que apresentam diferentes formas de diversidade humana podem ser compreendidos como pessoas que possuem algum tipo de doença ou transtorno. No caso das crianças, esse processo tem levado à busca de explicações médicas para dificuldades relacionadas à aprendizagem, fazendo com que situações que poderiam ter outras causas sejam interpretadas como problemas de saúde. Atualmente, observa-se um aumento no encaminhamento de crianças para serviços de saúde mental devido a questões de natureza social. Ao mesmo tempo, cresce o uso de medicamentos psicofármacos entre a população infantil, o que também contribui para a participação e a influência da indústria farmacêutica no processo de medicalização (Sanches e Amarante, 2014).

A escola, por fazer parte de forma significativa da vida das crianças, também está inserida no processo de medicalização. Maria Aparecida Affonso Moysés (2001), pediatra e pesquisadora da temática, aponta que esse processo pode ser percebido quando dificuldades relacionadas à aprendizagem infantil passam a ser compreendidas principalmente a partir de uma perspectiva médica. Dentro dessa lógica, as dificuldades que uma criança apresenta para aprender podem ser interpretadas como um problema ou uma doença individual, deixando em segundo plano questões relacionadas ao próprio sistema educacional e às condições em que o ensino ocorre.

Essa maneira de compreender as dificuldades escolares é denominada por Moysés (2001) de medicalização do fracasso escolar, pois uma questão de natureza social e educacional passa a ser tratada como se fosse essencialmente um problema médico. Segundo a autora, tanto

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

o fracasso escolar quanto a própria aprendizagem vêm sendo submetidos, de maneira crescente, a interpretações médicas. A medicalização ocorre quando situações relacionadas à vida social e humana são transformadas em questões de ordem biológica, fazendo com que problemas complexos sejam reduzidos a explicações baseadas no funcionamento do organismo. Para Moysés (2001), esse processo também pode provocar o apagamento da subjetividade, fazendo com que o sujeito deixe de ser compreendido em sua complexidade e passe a ser visto de maneira passiva e descontextualizada.

No “Estudo sobre o processo de medicalização de crianças no campo da saúde mental”, Sanches e Amarante (2014) discute que a medicalização do fracasso escolar contribui para a ideia de que as dificuldades apresentadas pelas crianças estão relacionadas exclusivamente a elas mesmas e seriam resultado de algum tipo de doença ou transtorno. Essa perspectiva acaba fortalecendo um amplo mercado de serviços especializados, impulsionado pelos encaminhamentos realizados pelas escolas. Nesse contexto, as crianças podem ser submetidas a diversos exames, avaliações e testes, realizados até que seja encontrada uma possível explicação para suas dificuldades. Um aspecto importante a ser observado para a análise da medicalização escolar não é a existência real de uma doença, e sim o fato de não mais se pensar na criança agitada sem se levar em conta algum distúrbio neurológico.

Em uma pesquisa feita em 2008 no Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria na cidade de Manguinhos, foram identificados processos de medicalização em toda a trajetória das crianças. Desde elencar um comportamento como problemático até sua transformação em uma questão médico/psicológica. Foram analisadas as etapas da medicalização, os profissionais envolvidos e a forma como aspectos sociais, culturais e cotidianos das crianças são considerados nos encaminhamentos, tratamentos e na atuação dos serviços de saúde. A partir da pesquisa realizada em campo, foi possível confirmar a presença da medicalização no cotidiano das pessoas, evidenciando que diferentes aspectos relacionados ao desenvolvimento infantil podem ser interpretados e tratados como problemas de saúde ou doenças. Comportamentos como timidez, agitação, e tristeza foram vistos como doenças, foi observado também que nos casos de agitação houve uma tendência em considerar as crianças como portadoras de Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH). A utilização de medicamentos também apareceu como uma questão preocupante, deixando de representar apenas uma forma de cuidado ou alívio para a criança e passando a funcionar como um recurso de controle para aqueles que convivem com ela, por meio da possibilidade de contenção química.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

A concepção do corpo como máquina, criticada por Merleau-Ponty (2004), favorece uma leitura do patológico como simples subtração ou desvio em relação ao funcionamento normal. Santos, Silva Júnior e Fontenelle (2018) observam que, nesse enquadramento, crianças, idosos e pessoas em sofrimento são avaliados pela distância que os separa do desempenho do adulto saudável, e não pelo modo como vivem por conta própria. Segundo os autores, isso ajuda a compreender a crescente patologização da infância: a criança tende a ser tomada como patológica quando oferece resistência, atraso, desinteresse ou inadequação à normalidade produtiva da vida adulta, de modo que ser saudável passa a significar deixar de ser criança cedo e tornar-se útil. Sob essa lógica, o desenvolvimento infantil corre o risco de ser lido como um conjunto de marcos a cumprir, e o que destoa do esperado é interpretado como déficit. Cabe então questionar em que medida a antecipação do diagnóstico, ao buscar identificar precocemente o desvio, reproduz essa comparação com o padrão adulto e deixa de perguntar que modos próprios de existir a criança já constitui no mundo.

Em contrapartida, a perspectiva fenomenológico-existencial, apoiada em Goldstein (1934/2000) e Merleau-Ponty (1942/2006; 1945/2011), propõe que a avaliação se volte aos novos modos de existir do sujeito e ao sentido global de suas condutas, e não apenas às funções que lhe faltam. Compreender o corpo a partir de seus sentidos e significados exige que o tratamento dos transtornos psíquicos priorize a escuta, e não apenas a eliminação dos sintomas. Isso ocorre porque a explicação clássica da psicopatologia toma o corpo como objeto, um corpo em si, e deixa de reconhecê-lo como corpo perceptivo e sujeito.

De acordo com Ponty (1945/2011), o corpo não é somente tradutor de eventos, mas também produtor deles. Tratá-lo como mero tradutor equivale a vê-lo como órgão instrumental, o que ignora sua intencionalidade e sua capacidade de produzir sensações. Reconhecer a natureza expressiva do corpo é entender que os eventos fisiológicos não existem em função da ciência fisiológica, mas do movimento pelo qual o sujeito se expressa diante do mundo e do outro.

## 7. Conclusão

A partir da revisão bibliográfica realizada, conclui-se que a abordagem fenomenológico-existencial não nega a importância das avaliações, dos diagnósticos ou das intervenções profissionais quando estes são necessários ao desenvolvimento infantil. Sua contribuição consiste em problematizar a maneira como esses processos são realizados e os significados que

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

passam a assumir na vida da criança. O diagnóstico precoce pode favorecer o acesso a cuidados especializados, orientar intervenções e possibilitar o acompanhamento de condições que exigem atenção. Entretanto, quando estabelecido de maneira precipitada, descontextualizada ou baseado apenas na observação de comportamentos isolados, pode favorecer a medicalização, a produção de estigmas e a redução da criança à categoria diagnóstica que lhe foi atribuída.

Nesse sentido, as contribuições de Husserl, Heidegger, Binswanger e Merleau-Ponty oferecem fundamentos para uma compreensão ampliada da infância. A suspensão de julgamentos prévios proposta pela fenomenologia favorece uma escuta menos condicionada por expectativas diagnósticas. A compreensão do ser humano como ser-no-mundo demonstra que o comportamento infantil não pode ser separado das relações e das circunstâncias em que se manifesta. A análise existencial permite compreender o sofrimento como expressão de um modo singular de existir, enquanto a valorização do corpo vivido evidencia que as manifestações corporais, afetivas e comportamentais também possuem sentidos relacionados à experiência da criança.

A pesquisa também permitiu relacionar a medicalização da infância à patologização de comportamentos, dificuldades escolares e formas diversas de existência. Observou-se que questões sociais, educacionais, familiares e culturais podem ser transformadas em problemas individuais e explicadas predominantemente por categorias médicas. No contexto escolar, esse processo se manifesta especialmente quando dificuldades de aprendizagem ou comportamentos que não correspondem às expectativas institucionais são atribuídos exclusivamente à criança, deixando em segundo plano aspectos como as condições de ensino, as práticas pedagógicas, as relações estabelecidas no ambiente escolar e as desigualdades sociais.

Os estudos analisados indicam, ainda, que a medicalização não se limita ao uso de medicamentos. Trata-se de um processo mais amplo, por meio do qual experiências humanas passam a ser interpretadas e administradas prioritariamente pela linguagem médica. A utilização de psicofármacos torna-se especialmente preocupante quando funciona como recurso de contenção ou adequação comportamental, sem que sejam suficientemente investigadas as causas e os sentidos das manifestações apresentadas. Entretanto, a crítica à medicalização não deve resultar na rejeição generalizada dos tratamentos farmacológicos, pois eles podem ser necessários e benéficos em determinadas situações, desde que façam parte de um acompanhamento responsável, individualizado e baseado em avaliação criteriosa.

Quanto aos possíveis impactos do diagnóstico precoce no desenvolvimento infantil, verificou-se que seus efeitos dependem das condições em que ele é elaborado, comunicado e

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

utilizado. Quando compreendido como instrumento provisório de orientação do cuidado, o diagnóstico pode contribuir para o acesso a direitos, recursos, acompanhamento profissional e intervenções adequadas. Porém, quando passa a definir a identidade da criança, determinar antecipadamente suas possibilidades ou justificar práticas de normalização, pode limitar sua autonomia, produzir estigmas e fazer com que suas ações sejam interpretadas exclusivamente a partir do transtorno diagnosticado. Desse modo, é necessário evitar que a criança deixe de ser reconhecida em sua totalidade e passe a ser identificada apenas por uma classificação clínica.

Conclui-se, portanto, que a principal contribuição da abordagem fenomenológico-existencial para o debate está na defesa de uma compreensão da infância que anteceda e ultrapasse a classificação diagnóstica. O diagnóstico pode integrar o processo de cuidado, mas não deve substituir a compreensão da criança, de sua história e de seu contexto existencial. O desafio consiste em construir práticas que evitem tanto a patologização das diferenças quanto a negligência diante de necessidades reais de acompanhamento. Dessa forma, torna-se possível conciliar a identificação responsável de condições que demandam intervenção com uma escuta sensível à singularidade infantil, preservando a criança como sujeito de experiências, relações e possibilidades que não se esgotam em um diagnóstico.

## Referências

ALVES, Leonardo Marcondes. Erik Erikson: os estágios psicossociais do desenvolvimento. Ensaios e Notas, [s. l.], 2020. Disponível em: https://ensaiosenotas.com/2020/06/13/erik-erikson-os-estagios-psicossociais-do-desenvolvimento/. Acesso em: 1 nov. 2026.

ERIKSON, Erik H. Infância e sociedade. 2. ed. Tradução de Gildásio Amado. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FOCHESATTO, Ana Luiza; FÁVERO, Altair Alberto; TUSSI, Graziela Bergonsi. A fábrica de cretinos digitais: os perigos das telas para nossas crianças. Revista Espaço Pedagógico, Passo Fundo, v. 31, e15723, 2024. Disponível em: https://seer.upf.br/index.php/rep. Acesso em: 10 out. 2026.

FORGHIERI, Yolanda Cintrão. Psicologia fenomenológica: fundamentos, método e pesquisas. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

FREIRE, José Célio. O lugar do outro na daseinsanalyse de Binswanger. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 266-276, ago. 2008. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451844626011. Acesso em: 1 nov. 2026.

HUSSERL, Edmund. A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

HUSSERL, Edmund. A ideia da fenomenologia. Lisboa: Edições 70, 2008.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

MENEZES, Pedro. Fenomenologia de Edmund Husserl. Toda Matéria, [s. l.], [2026?]. Disponível em: https://www.todamateria.com.br/fenomenologia/. Acesso em: 20 jul. 2026.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOYSÉS, Maria Aparecida Affonso; COLLARES, Cecília Azevedo Lima. Controle e medicalização da infância. DESidades, Rio de Janeiro, n. 1, p. 11-21, 2013.

NÓBREGA, Terezinha Petrucia da. Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty. Estudos de Psicologia, Natal, v. 13, n. 2, p. 141-148, 2008.

PITA, Juliana; MOREIRA, Virgínia. As fases do pensamento fenomenológico de Ludwig Binswanger. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 18, n. 4, p. 679-687, out./dez. 2013.

PROTOCOLO de uso de metilfenidato: restrição da liberdade de prescrição e do acesso ou busca do uso racional? A discussão em torno da Portaria n° 986-SMS.G, de São Paulo, de 12 de junho de 2014. Boletim Informativo do CIM-RS, Porto Alegre, ano 13, n. 1, p. 3-9, jan./fev./mar. 2015.

SAADEH, Manuela Santos. Problemas fundamentais da fenomenologia em Martin Heidegger. Ekstasis: Revista de Hermenêutica e Fenomenologia, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 365-378, 2022. DOI: 10.12957/ek.2022.70410. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/Ekstasis/article/view/70410. Acesso em: 18 jul. 2026.

SANCHES, Valéria Nogueira Leal; AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. Estudo sobre o processo de medicalização de crianças no campo da saúde mental. Saúde em Debate, Rio de Janeiro, v. 38, n. 102, p. 506-514, jul./set. 2014. DOI: 10.5935/0103-1104.20140047. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sdeb/a/ndTy5YqQ6wC958FwyK6Xj6v/?lang=pt. Acesso em: 5 ago. 2026.

SANTOS, João Vitor. Teoria do desenvolvimento psicossocial de Erik Erikson: 8 fases. PsyMeet Social, [s. l.], 22 maio 2023. Disponível em: https://www.psymeetsocial.com/blog/artigos/estagios-de-desenvolvimento-psicossocial-de-erikson. Acesso em: 20 ago. 2026.

SANTOS, Neemyas Kerr Batalha dos; SILVA JÚNIOR, Almir Ferreira da; FONTENELLE, Plínio Santos. A medicalização da existência segundo a fenomenologia de Merleau-Ponty. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, v. 70, n. 3, p. 232-245, 2018. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1809-52672018000300016&script=sci_arttext. Acesso em: 5 set. 2026.

SILVA, Paulo César Gondim da. A fenomenologia de Husserl: uma breve leitura. Brasil Escola, [s. l.], [s. d.]. Disponível em: https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/filosofia/a-fenomenologia-husserl-uma-breve-leitura.htm. Acesso em: 20 jul. 2026.

SOUZA, Thiago Galdino de. Diagnósticos precoces: saiba sua importância na saúde física e mental. Psitto, [s. l.], 4 jul. 2025. Disponível em: https://www.psitto.com.br/blog/diagnosticos-precoces/. Acesso em: 18 out. 2026.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

**Ano VII, v.1 2026 | submissão: 06/11/2026 | aceito: 13/11/2026 | publicação: 18/11/2026**

TELLES, Thabata Castelo Branco. A infância na fenomenologia de Merleau-Ponty: contribuições para a psicologia e para a educação. Revista do NUFEN, Belém, v. 6, n. 2, 2014. Disponível em: https://pepsic.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912014000200002. Acesso em: 18 set. 2026.

ZILLES, Urbano. Fenomenologia e teoria do conhecimento em Husserl. Revista da Abordagem Gestáltica, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 216-221, jul./dez. 2007.

Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença CreativeCommons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.